Sumário Executivo

Relatório Anual 2021

A Situação do País em Matéria de Álcool

REPÚBLICA PORTUGUESA
SAÚDE

SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SICAD
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

PREÂMBULO

Compete ao SICAD apoiar o Coordenador Nacional na elaboração do *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Álcool.* Este Relatório compila a informação de vários parceiros, enquanto serviços fonte, assim como os resultados de vários estudos nacionais.

Permite-nos conhecer a situação do país e também, tendo como referencial os Planos Nacionais desta área, monitorizar as metas neles definidas, com vista à promoção da saúde e do bem-estar social.

Em 2020 foi concluída a avaliação externa do PNRCAD 2013-2020 e, em 2021, com o envolvimento de várias entidades com responsabilidades nos domínios da redução da procura e controlo da oferta, foi elaborado o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2021-2030 e o seu primeiro plano de ação, o PARCAD Horizonte 2024, documentos que aguardam aprovação em Conselho de Ministros.

No ciclo de ação 2013-2016 foi clara a evolução positiva de alguns indicadores relacionados com a perceção dos menores sobre o acesso ao álcool, a diminuição dos consumos e ainda importantes ganhos ao nível da morbilidade e da mortalidade.

No ciclo 2017-2020 verificou-se um aumento dos consumos de risco ou dependência na população dos 15-74 anos, bem como outras evoluções negativas preocupantes em alguns grupos populacionais, como as mulheres e os mais velhos. Neste ciclo de ação houve também alguns agravamentos dos consumos entre os mais jovens, e em particular nas raparigas. Também pioraram alguns indicadores de morbilidade e mortalidade. No domínio da oferta, aumentaram as quantidades disponíveis de álcool para consumo, a par de menos estabelecimentos fiscalizados, da não melhoria das perceções dos jovens sobre o acesso ao álcool e da manutenção de estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares, na perspetiva da saúde pública.

Em 2020 assistimos a múltiplos choques negativos decorrentes da pandemia, com impacto nos consumos, nos mercados e nas intervenções.

Os dados nacionais sobre o impacto inicial da pandemia sugerem que foram mais os consumidores a reduzir os consumos do que o inverso, e o agravamento foi mais comum nos indivíduos com um padrão prévio de consumo mais frequente e problemático, alertando para o agudizar da situação dos grupos mais vulneráveis. Por sua vez, entre os jovens de 18 anos, apesar da estabilidade dos consumos, houve um aumento relevante da experiência recente de problemas atribuídos ao consumo de álcool, o que deverá ser considerado no planeamento das intervenções.

Por sua vez, infletindo as tendências anteriores de acréscimo, em 2020 ocorreram variações negativas nos diferentes indicadores relacionados com a morbilidade, a mortalidade, os problemas sociais/legais e também nos vários indicadores dos mercados que vinham a subir desde 2016. Esta transversalidade dos decréscimos não significou forçosamente uma redução dos consumos de álcool e dos problemas, pois refletiu também os efeitos da pandemia na atividade dos serviços.

Embora a pandemia se tenha prolongado a 2021, com o atenuar das medidas restritivas e a maior adaptação dos serviços à nova realidade, assistiu-se a um recrudescimento generalizado ao nível dos

vários indicadores relacionados com a morbilidade, a mortalidade, os problemas sociais/legais e com os mercados.

Vários indicadores ultrapassaram já em 2021 os níveis pré-pandémicos, entre eles, os readmitidos em tratamento por problemas relacionados com o uso de álcool (o valor mais elevado desde 2012), os internamentos hospitalares com diagnóstico principal ou secundário atribuíveis ao consumo de álcool e as sinalizações e diagnósticos de exposição de crianças/jovens a comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (ambos com os valores mais altos dos últimos cinco anos).

A evolução destes indicadores em particular vem reforçar as conclusões dos estudos sobre o impacto inicial da pandemia no agudizar da situação dos grupos mais vulneráveis, exigindo a agilização das respostas e das intervenções a desenvolver.

A nível dos mercados, com exceção dos vinhos, houve uma recuperação do volume de vendas em 2021, com valores próximos aos de 2019, embora ainda um pouco inferiores.

No início deste novo ciclo estratégico importa refletir também sobre alguns aspetos relacionados com a acessibilidade a bebidas alcoólicas, como a mensagem veiculada através de estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares do ponto de vista da saúde pública, o facto de uma importante franja de menores continuar a adquirir bebidas alcoólicas apesar de proibido por lei, e ainda o facto de, no período 2019-21, não ter havido atualizações das taxas do IABA, mantendo-se a do vinho a 0,00 €.

Como se pode observar, são já evidentes os efeitos imediatos da pandemia nos grupos mais vulneráveis, sendo que, face ao atual contexto de recessão nacional e global, é possível prever um cenário futuro ainda mais potenciador de fatores de risco individuais e sociais com manifestação significativa nas adições.

Urge assim agir rápida e eficazmente perante estes desafios, sendo determinante existir investimento político na criação de condições para tal, tendo em consideração os resultados da monitorização e avaliação feitas nestas áreas.

Enquanto Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, quero expressar o meu sincero reconhecimento e agradecimento a todos os Profissionais e Serviços com responsabilidades no planeamento e implementação das políticas e intervenções nestas áreas. Têm sido tempos difíceis, mas até agora soubemos responder e agir em conjunto, sempre pautados pelo humanismo e pragmatismo e, estou certo, continuaremos a fazê-lo com determinação.

Lisboa, 21 de novembro de 2022

O Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências
e do Uso Nocivo do Álcool

João Castel-Branco Goulão

Sumário Executivo

Desde 2013, o início do anterior ciclo estratégico, foram realizados diversos estudos nacionais na área do álcool, alguns deles inseridos em projetos iniciados há muitos anos e que têm permitido a análise de tendências e a comparabilidade da situação nacional no contexto europeu e internacional.

No **INPG 2016/17 - *IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17* -** realizado na população de 15-74 anos residente em Portugal, as prevalências de consumo de *qualquer bebida alcoólica* foram de 85% ao longo da vida, 58% nos últimos 12 meses e 49% nos últimos 30 dias, sendo um pouco inferiores as do grupo de 15-34 anos (83%, 52% e 41%).

Entre os consumidores atuais, o consumo diário/quase diário de alguma bebida alcoólica era de 43% (20% dos inquiridos), com 35% dos consumidores a ingerirem diariamente vinho e 15% cerveja, nos últimos 30 dias. As prevalências de consumo *binge* e de embriaguez severa nos últimos 12 meses foram de 10% e 5% nos 15-74 anos (17% e 9% dos consumidores), e de 11% e 7% nos 15-34 anos (22% e 14% dos consumidores).

Quanto a padrões de consumo abusivo ou dependência de álcool, 2,8% da população (4,9% dos consumidores) tinha, nos últimos 12 meses, um consumo considerado de risco elevado/nocivo e 0,8% (1,3% dos consumidores) apresentava sintomas de dependência (AUDIT), sendo as proporções correspondentes nos 15-34 anos de 2,4% e 0,4% (4,7% e 0,7% dos consumidores).

Em relação a 2012, apesar da relativa estabilidade das prevalências de consumo recente e atual e das de consumo *binge* e embriaguez na população de 15-74 anos, aumentou a frequência do *binge* e houve um agravamento dos consumos de risco ou dependência. Este padrão global de evolução encobre variações negativas particularmente preocupantes, como as do grupo feminino e das faixas etárias acima dos 44 anos, e que são por vezes compensados por evoluções positivas no grupo masculino e nos mais jovens.

Persistem relevantes heterogeneidades regionais, destacando-se em 2016/17, os Açores com as prevalências mais elevadas de consumo *binge*, embriaguez e dos consumos de risco ou dependência, quer na população de 15-74 anos, quer na de 15-34 anos.

De um modo geral, os resultados do *INPG, 2016/17* sobre vários indicadores-chave do consumo de álcool foram próximos aos do ***RARHA SEAS 2015*** - ***Standardised European Alcohol Survey, 2015,*** como as prevalências de abstinentes, o consumo recente diário/quase diário, o consumo *binge* e, também a prevalência de abuso e/ou dependência (CIDI - critérios DSM) no *RAHRA SEAS 2015* foi próxima à do consumo de risco elevado/nocivo ou dependência (AUDIT) encontrada no *INPG 2016/17*. Já quanto à embriaguez severa, o valor do *RARHA SEAS 2015* foi duplo ao do *INPG 2016/17*, o que pode ser devido a diferenças na formulação da questão.

No ***Inquérito Nacional de Saúde, 2019,*** 69% da população com 15 ou mais anos (82% dos homens e 58% das mulheres) declarou ter tomado bebidas alcoólicas pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, 22% nunca beberam na vida e 8% já beberam, mas não nos últimos 12 meses.

Mais de metade dos residentes em Portugal tinha consumido diariamente (21%) ou regularmente (37%) bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses. O consumo diário era mais frequente nos homens do que nas mulheres e também era mais frequente nos 55-74 anos.

Quanto ao *consumo arriscado,* 30% da população (43% dos consumidores) referiu ter tomado, pelo menos uma vez, 6 ou mais bebidas alcoólicas numa única ocasião ou evento, nos últimos 12 meses. Entre os que tiveram este tipo de consumo, 11% disse que o fez numa base semanal e 3% todos os dias. Esta prática diária era mais comum nos homens e, mais prevalente nos 25-34 anos e 35-44 anos.

Em termos de evolução, a prevalência de consumo recente de 2019 foi próxima à de 2014, tendo diminuído o consumo diário e aumentado o consumo *arriscado*. De um modo geral, estas tendências foram transversais a homens e mulheres e aos vários grupos etários, embora a evolução tenha sido mais positiva nos homens e, nos mais idosos.

Em 2021, no inquérito anual ***Comportamentos Aditivos aos 18 anos: inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional***, ***2021***, não se verificaram alterações relevantes nas práticas de consumo de bebidas alcoólicas face a 2019 e 2018, embora em 2018-21, as prevalências do consumo recente e atual, assim como do *binge* e da embriaguez, tendam a ser um pouco superiores às registadas entre 2015 e 2017. É de notar que apesar da tendência global evolutiva entre 2019 e 2021 ser de estabilidade dos consumos, houve um aumento expressivo da experiência recente de problemas relacionados com o consumo de álcool.

As prevalências de consumo de *qualquer bebida alcoólica* foram de 89% ao longo da vida, 86% nos últimos 12 meses e de 68% nos últimos 30 dias. Cerca de 10% destes jovens de 18 anos (15% dos consumidores) declarou ter um consumo atual diário/quase diário de bebidas alcoólicas. Nos últimos 12 meses, 53%, 63% e 33% dos inquiridos (62%, 74% e 39% dos consumidores) tiveram consumos *binge*, experienciaram embriaguez ligeira e embriaguez severa.

Os consumos, e em particular os de risco acrescido, continuam a ser mais expressivos nos rapazes, persistindo as heterogeneidades regionais, com o Alentejo a surgir ainda com valores mais elevados, mas a apresentar das melhores evoluções 2019–2021 ao nível dos consumos nocivos.

No inquérito *online* sobre ***Comportamentos Aditivos em Tempos de Covid-19***, realizado em 2020 entre os consumidores de álcool com 18+ anos, foram evidenciadas alterações nos padrões de consumo de álcool com o confinamento e o distanciamento social relacionados com a pandemia (entre março e maio de 2020), e essas alterações variaram, entre outros, em função dos padrões prévios dos consumos.

Na amostra do estudo, maioritariamente com um padrão prévio de consumo de álcool não problemático, 42% declararam ter diminuído os consumos - 26% destes deixaram de beber, 33% passaram a beber com menor frequência, 21% a beber menor quantidade de cada vez e 20% reduziram o consumo de bebidas de maior teor alcoólico – e 21% aumentaram os consumos de álcool - 78% destes passaram a beber com maior frequência, 22% a beber maior quantidade de cada vez e 7% aumentaram o consumo de bebidas de maior teor alcoólico.

Os principais motivos para as alterações dos consumos – destaque para as oportunidades de convívio e de lazer e para os efeitos psicológicos expectáveis - estão em linha com as associações identificadas entre essas alterações e variáveis sociodemográficas (p. ex., a diminuição dos consumos foi mais referida pelos mais jovens e estudantes) e as relativas à vivência da pandemia (p. ex., o aumento dos consumos foi mais comum nos inquiridos com maior *stress* na pandemia).

Por sua vez, o agravamento dos consumos em indivíduos com um padrão prévio de consumo de álcool mais frequente e problemático evidencia, tal como outros estudos, que as populações com este tipo de vulnerabilidades são mais suscetíveis à exposição de riscos adicionais em momentos de crise.

Os estudos nacionais de 2018 e 2019 nas populações escolares - o *HBSC/OMS* em 2018 e o *ESPAD* e o *ECATD-CAD* em 2019 – evidenciaram, no conjunto dos alunos alvo dos estudos, uma estabilidade dos consumos face a 2014 e 2015, com pequenas variações tendencialmente no sentido da descida. Todavia, este padrão de evolução não ocorreu em todas as idades.

No ***HBSC/OMS, 2018 - Health Behaviour in School-aged Children*, *2018*** -, tal como nos anos anteriores, as bebidas alcoólicas consumidas com maior frequência entre os alunos portugueses do 6.º, 8.º e 10.º ano eram as destiladas e a cerveja, sendo o consumo de vinho menos frequente. Face aos anos anteriores houve um aumento dos consumos diários das várias bebidas alcoólicas. Cerca de 12% destes alunos já se tinham embriagado alguma vez, sendo mais prevalente nos mais velhos (3%, 11% e 26%, dos alunos do 6.º, 8.º e 10.º ano). 5% declararam ter-se embriagado nos últimos 30 dias, 4% entre 1- 3 vezes e 1% com uma frequência superior.

No ***ECATD-CAD 2019 - Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, 2019*** -, a nível nacional, a prevalência de consumo ao longo da vida de *qualquer bebida alcoólica* nos alunos de 13-18 anos foi 68% e, as de consumo recente e atual, 59% e 38%. O consumo atual de bebidas destiladas e de cervejas mantém-se superior ao de vinho, predominando nos mais novos as cervejas (a seguir aos *alcopops*) e nos mais velhos as destiladas. A prevalência de embriaguez recente foi 32% no caso de ligeira e 20% no caso de severa, e a de consumo *binge* nos últimos 30 dias foi 20%. Não se constataram diferenças relevantes entre os sexos nas prevalências de consumo recente, e quanto ao *binge* e embriaguez, as diferenças foram mais claras nos 17 e 18 anos, com os rapazes a reportarem mais estas práticas.

Entre 2015 e 2019, em Portugal Continental, nos alunos de 13-18 anos verificou-se uma estabilidade dos consumos de álcool, com ligeiras variações no sentido da descida na maior parte dos indicadores. São de destacar, enquanto tendências menos positivas, o aumento do consumo recente nos 15-16 anos, do consumo atual e da embriaguez recente e atual nos 16 anos, e o aumento do consumo *binge* nos mais velhos (16-18 anos). O padrão geral de evolução manteve-se em ambos os sexos, embora a evolução tenha sido mais positiva nos rapazes, assistindo-se a um atenuar das diferenças de género nos padrões de consumo de álcool.

É de notar que as prevalências de consumo recente e atual em 2015 e 2019 foram inferiores, em todas as idades, às de 2011 - ano do estudo anterior ao reforço legislativo de medidas restritivas ao consumo nocivo do álcool -, assim como as de embriaguez recente. No caso do consumo *binge*, houve um agravamento face a 2015 e 2011 entre os alunos mais velhos.

No ***ESPAD 2019 - European School Survey Project on Alcohol and Other Drugs, 2019*** -, 77% dos alunos portugueses de 16 anos já tinham ingerido bebidas alcoólicas e, 69% e 43% fizeram-no nos últimos 12 meses e últimos 30 dias. Cerca de 24% embriagaram-se nos últimos 12 meses e, nos últimos 30 dias, 11% embriagaram-se e 24% tiveram consumos *binge*. As diferenças entre os sexos tendem a esbater-se, apresentando já as raparigas uma prevalência de embriaguez recente superior. Contrariamente à tendência nos dois quadriénios anteriores, de diminuição dos consumos recentes e atuais, e da embriaguez e do *binge*, entre 2015 e 2019 houve um agravamento nestes indicadores. Apesar da prevalência do consumo recente já ser igual à média europeia, as do consumo atual, embriaguez e *binge* mantêm-se ainda aquém. Contudo, a evolução nos alunos portugueses foi menos positiva do que a das médias europeias.

As prevalências do início do consumo de álcool e da embriaguez com 13 anos ou menos foram idênticas às de 2015, mantendo-se inferiores às de 2011: 41% tinham iniciado o consumo de álcool e 5% tinham-se embriagado com 13 anos ou menos. As médias europeias foram de 33% e 7%, tendo havido uma evolução positiva face a 2015.

Quanto às perceções do risco associado ao consumo de álcool, em Portugal, 32% dos alunos de 16 anos disse ser de *grande risco* o consumo diário de 1/2 bebidas e 75% no caso de 4/5 bebidas. 66% considerou ser de *grande risco* tomar 5 ou mais bebidas no fim de semana. Estas proporções foram superiores às de 2015, 2011 e 2007. Face às médias europeias, os portugueses apresentaram maiores proporções de atribuição de *grande risco* a estes consumos.

No ***INCAMP, 2014 - Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional, 2014-***, entre os reclusos, os consumos nocivos fora da prisão eram mais comuns do que na população geral: nos últimos 30 dias antes da reclusão, 23% dos reclusos (39% dos consumidores) embriagaram-se e 33% (57% dos consumidores) praticaram *binge,* e, 10% já tinham tido algum coma alcoólico fora da prisão. No contexto de reclusão, como expectável, verificou-se uma redução importante dos consumos. Ainda assim, 3% dos reclusos (28% dos consumidores) disseram ter-se embriagado e 4% (34% dos consumidores) praticado *binge* no último mês na prisão.

Em 2015, no ***Inquérito sobre comportamentos aditivos em jovens internados em Centros Educativos, 2015,*** também estes jovens apresentavam, antes do atual internamento, prevalências e padrões de consumo de bebidas alcoólicas mais gravosos do que outras populações juvenis: nos 30 dias antes do internamento, 45% dos jovens tinham tido consumos *binge*, 53% bebido até ficarem *alegres* e 29% ficado em estado de embriaguez severa. Com o internamento, houve uma significativa diminuição do consumo recente e atual, bem como destes padrões de consumo.

Em 2021 estiveram em **tratamento** no ambulatório da rede pública, 13 242 utentes com problemas relacionados com o uso de álcool. Dos 4 478 que iniciaram tratamento no ano, 1 320 eram readmitidos e 3 158 novos utentes. Em 2021 aumentou o número de utentes em ambulatório (+4%), após a descida em 2020 (o valor mais baixo desde 2016), estando ainda um pouco aquém dos valores pré-pandemia.

Os que iniciaram tratamento no ano aumentaram +28% face a 2020, sendo o acréscimo de novos utentes (+29%) próximo ao de readmitidos (+26%), contrariamente ao ano anterior, em que a descida foi bem mais acentuada nos novos utentes (-28% nos novos e -11% nos readmitidos). Face a esta evolução, o número de readmitidos em 2021 ultrapassou os níveis pré-pandémicos representando o valor mais elevado desde 2012, mantendo-se o número de novos utentes ainda um pouco inferior.

Os internamentos em Unidades de Alcoologia/Unidades de Desabituação aumentaram face a 2020 (+40%), ano em que se verificou um decréscimo relevante devido à pandemia, após a tendência de estabilidade entre 2017-19. Também nas Comunidades Terapêuticas houve um acréscimo dos internamentos (+13%), após a descida em 2020 que quebrou o aumento desde 2013 (com o valor de 2019 a ser o mais elevado da década). Em 2021, os internamentos em CT já atingiram os números pré-pandemia, mantendo-se os das UD ainda muito abaixo.

Nestas populações em tratamento, em 2021, as prevalências de **doenças infeciosas** situaram-se nos seguintes limites: VIH+ (1% - 3%), VHC+ (4% - 17%) e AgHBs+ (1% - 3%). No conjunto dos utentes em ambulatório, estas prevalências têm-se mantido estáveis nos últimos sete anos (entre 2% a 3%) e, as de VHC+, após os valores mais elevados de 2016 e 2017, as dos últimos quatro anos voltaram a ser idênticas à de 2015 (12%). No último quinquénio, as proporções de novas infeções por VIH e VHC entre os utentes em ambulatório não sofreram variações relevantes face ao período homólogo anterior É de notar que

nos utentes com problemas relacionados com o uso de álcool, as proporções de seropositivos com terapêutica antirretroviral continuam a ser muito inferiores às dos utentes em tratamento por problemas com o consumo de drogas.

Em 2021 houve em Portugal 4 703 **internamentos hospitalares** com diagnóstico principal atribuível ao consumo de álcool, na sua maioria relacionados com doença alcoólica do fígado (69%) e dependência de álcool (19%). Verificou-se uma subida destes internamentos (+14% em Portugal Continental) após a quebra em 2020, embora continuem aquém dos valores de 2018 e 2019, anos com aumentos dos internamentos e os valores mais altos do período 2017-2021. Com os diagnósticos secundários, os internamentos passam a ser bastante superiores (39 874 em Portugal e 38 634 em Portugal Continental), atingindo em 2021 os valores mais altos dos últimos cinco anos. Estes internamentos representaram 0,30% e 2,56% dos internamentos hospitalares em 2021, caso se considere apenas o diagnóstico principal ou também os secundários. Neste último caso, houve um aumento entre 2017 e 2020 daquelas proporções, representando as dos últimos dois anos as mais elevadas do quinquénio.

Segundo o INE, IP, em 2020 registaram-se em Portugal 2 544 **óbitos** por doenças atribuíveis ao álcool (2,1% do total de óbitos), valor próximo ao de 2019 (+1%) e o mais alto dos últimos dez anos. A taxa de mortalidade padronizada para todas as idades foi de 22,1 óbitos por 100 000 habitantes, sendo bastante superior nos 65+ anos (58,0) e, o número médio de anos potenciais de vida perdidos foi de 11,9 anos. Foram atribuídos 114 óbitos a *transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool* e 668 a *doença alcoólica do fígado*, representando 4% e 26% dos óbitos por doenças atribuíveis ao álcool. Em 2016-20 houve mais óbitos por doenças atribuíveis ao álcool do que no período 2011-15.

Em 2021, nos registos do INMLCF, IP, dos 1 014 óbitos positivos para o álcool e com informação da causa de morte, 34% foram atribuídos a morte natural, 32% a acidente, 12% a suicídio e 4% a intoxicação alcoólica. Houve um aumento (+32% face a 2020) das mortes por intoxicação alcoólica (41) após as descidas nos dois anos anteriores, embora se mantenha abaixo do valor de 2019. Cerca de 32% destes óbitos foram positivos só para o álcool, e em 39% foram detetados só álcool e medicamentos, sobretudo benzodiazepinas. Das 148 vítimas mortais de acidentes de viação que estavam sob a influência do álcool (TAS ≥ 0,5g/l), 82% eram condutores, 13% peões e 5% passageiros. 70% destas vítimas tinham uma TAS ≥ 1,2g/l. Após a relevante quebra em 2020, em 2021, ainda com períodos de restrições à circulação impostas pela pandemia, voltou a aumentar o número destas vítimas (+19%), embora ainda com valores inferiores aos de 2016-2019, quando houve um aumento contínuo, com o valor de 2019 a ser o mais elevado de 2013-21.

Também os indicadores de **problemas sociais/legais** registaram aumentos em 2021, após as descidas sofridas em 2020 devido à pandemia.

Em 2021 houve 545 diagnósticos principais relativos a comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas que afetam o bem-estar e desenvolvimento da criança (+18% face a 2020), 51 em que a criança/jovem assume esses comportamentos (+24%) e 494 em que ela é exposta a eles (+18%). Após a diminuição destas sinalizações e diagnósticos em 2020, os valores aumentaram em 2021, com as sinalizações e diagnósticos de exposição da criança/jovem àqueles comportamentos a atingir os valores mais elevados dos últimos cinco anos.

É de notar que no *RARHA SEAS, 2015* Portugal foi um dos países com menores prevalências de experiência recente de efeitos negativos devido ao consumo de terceiros (33%). Cerca de 16% dos portugueses tinham vivido na infância/adolescência com alguém que tinha um consumo excessivo ou abusivo de álcool e 7% disseram ter ficado muito afetados com essas experiências.

Quanto aos crimes por condução com TAS ≥ 1,2 g/l, em 2021 houve 15 390 registos, correspondendo a 45% do total de crimes contra a sociedade e 5% da criminalidade registada. Após o seu aumento entre 2009 e 2012 surgiu uma tendência de decréscimo, de forma consecutiva entre 2016 e 2020. Apesar do aumento destes crimes em 2021 (+12 %), a descida em 2020 tinha sido muito acentuada devido à pandemia, mantendo-se o valor de 2021 aquém dos anteriores a 2020. Também se registaram 3 crimes por embriaguez e intoxicação, diminuindo pelo segundo ano consecutivo e sendo os valores de 2020 e 2021 os mais baixos do quinquénio.

A 31/12/2021 estavam em reclusão 140 indivíduos por crimes de condução em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, o segundo valor mais alto do quinquénio. Houve um acréscimo (+23%) face a 2020, ano com o valor mais baixo da década anterior após as descidas consecutivas desde 2016.

No âmbito da criminalidade potencialmente relacionada com o consumo de álcool, em 2021 foram registadas pelas Forças de Segurança (FS) 26 517 participações de violência doméstica (-4% face a 2020). Após o acréscimo relevante destas participações em 2019, com as descidas ocorridas em 2020 e 2021 os valores tornaram a ser próximos aos dos anos anteriores a 2019. Quanto às proporções de sinalização de problemas relacionados com o consumo de álcool por parte do denunciado, é de notar que desde 2018 os dados referem-se apenas a uma das Forças de Segurança, sendo necessário ter os registos de ambas as FS para um retrato mais aproximado da realidade nacional. Essas proporções não têm sofrido oscilações relevantes nos últimos anos: entre 2012 e 2017, período com os registos das duas FS, variaram entre os 40% (2017) e os 43% (2012), e entre 2018 e 2020, com base nos registos de uma das FS, entre os 33% (2021) e os 34%.

Os estudos são também ilustrativos da importância da criminalidade relacionada com o consumo de álcool. No *INCAMP, 2014*, 28% dos reclusos disseram estar sob o efeito de álcool quando cometeram o/os crime/s que motivaram a reclusão. Entre estes crimes destacaram-se o roubo, o furto e as ofensas à integridade física, sendo de um modo geral crimes mais violentos e com penas mais pesadas do que os cometidos sob o efeito de drogas. Por sua vez, em 2015, 42% dos jovens internados em Centros Educativos disseram estar sob o efeito de álcool em alguns dos crimes cometidos e que levaram *alguma vez* à presença em Centro Educativo.

Quanto às **políticas de controlo** houve na primeira parte do ciclo 2013-20 um investimento legislativo - com medidas mais restritivas na disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas e, na condução sob o efeito do álcool -, e a revisão de vários Códigos de Autorregulação, embora no segundo ciclo de ação poucos tenham sido os avanços nestas matérias. Persistem estratégias regulatórias menos restritivas para as bebidas alcoólicas do que para outros produtos similares do ponto de vista da saúde pública, o que está em linha com estudos que evidenciam que Portugal é um país com políticas de baixo controlo em relação ao álcool e onde também dominam as atitudes favoráveis a políticas "*laissez faire*".

Tal pode explicar, em parte, que apesar das medidas legislativas mais restritivas em 2013 e 2015, as perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não tenham melhorado entre 2015 e 2019 e que uma importante franja de menores continue a adquirir bebidas alcoólicas, apesar de proibido por lei. Segundo os resultados do *ECATD–CAD, 2019 e do ESPAD 2019*, as perceções dos jovens sobre a facilidade de acesso a bebidas alcoólicas não sofreram variações relevantes entre 2015 e 2019, apesar da evolução positiva face a 2011. Em 2019, 72% dos alunos portugueses de 16 anos consideravam *fácil/muito fácil* obter cervejas, 58% vinhos e 54% bebidas espirituosas. Portugal apresentou valores próximos às médias europeias no caso das cervejas e das espirituosas, sendo os vinhos percecionados como de mais fácil acesso pelo conjunto dos alunos europeus. Quanto à aquisição de bebidas

alcoólicas por parte de menores, em 2019, 24% dos alunos de 13-17 anos (68% dos consumidores) tinham, nos 30 dias antes da inquirição, adquirido bebidas alcoólicas para consumo no local (café, restaurante, bar, pub, discoteca, …) e 14% (34% dos consumidores) tinham adquirido em loja para consumo próprio.

No âmbito da fiscalização relativa à disponibilização, venda e consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e abertos ao público, os dados de 2020 e 2021 referem-se apenas aos registos da PSP, exigindo cautelas na comparação com os anos anteriores. Após o aumento significativo do número de estabelecimentos fiscalizados entre 2013 e 2015, anos de introdução de medidas legislativas mais restritivas, os valores vieram a decrescer de forma contínua até 2019, embora ainda acima dos registados em 2014 e 2013. Entre 2020 e 2021, e com base apenas nos registos da PSP, houve um aumento muito relevante de estabelecimentos fiscalizados (+61%), atingindo o valor mais elevado desde 2013. Em 2021 foram aplicadas em Portugal Continental 73 contraordenações relacionadas com a disponibilização/venda a menores. Após as descidas nos dois anos anteriores, houve um aumento destas contraordenações face a 2020 (+43%), embora se mantenham ainda inferiores aos valores de 2016-19. Em contrapartida, em 2021 houve um decréscimo relevante das contraordenações relacionadas com restrições de locais e horários (o valor mais baixo do quinquénio).

Para os vários indicadores dos mercados com dados disponíveis para 2020 e 2021, de um modo geral, a tendência também é de inflexão em 2020 com retoma em 2021. A tendência pré-pandemia foi de subida entre 2016 e 2019, após a descida no período de recessão económica nacional.

Segundo as últimas estimativas disponíveis do GISAH para Portugal, em 2019 o **consumo de álcool *per capita*** (15+ anos) era de 12,1 litros de álcool puro por ano (19,5 nos homens e 5,6 nas mulheres). O decréscimo do consumo registado desde 2005 inverteu-se a partir de 2014, mantendo-se os valores do último quinquénio aquém dos registados até 2011. Face à Região Europa OMS, os valores nacionais eram superiores, havendo também diferenças na estrutura do consumo (mais vinhos e menos espirituosas).

As estimativas nacionais mais recentes (INE, IP, BAP) sobre as **disponibilidades diárias *per capita* de álcool** apontam para um consumo médio diário de 17,2 g de álcool/hab. em 2020 (-20% face a 2019), correspondendo 60% a vinhos, 30% a cervejas, 6% a espirituosas, e 4% a outras bebidas fermentadas. Após a subida contínua destes valores em 2014-17, houve uma estabilidade em 2018 e 2019, seguida de uma quebra em 2020.

Quanto ao **volume de vendas** de bebidas alcoólicas, segundo a AT, em 2021 venderam-se cerca de 492,0 milhões de litros de cerveja, 32,1 de outras bebidas fermentadas, 15,7 de produtos intermédios e 8,0 milhões de litros de bebidas espirituosas. Houve subidas nos quatro segmentos de bebidas (mais acentuada nas espirituosas e menos nas cervejas) face a 2020, ano em que ocorreram descidas, após os aumentos em 2018 e 2019 em todos aqueles segmentos. Segundo o IVV, IP, em 2021 venderam-se em Portugal Continental cerca de 248,6 milhões de litros de vinhos tranquilos (-1% face a 2020), o valor mais baixo desde 2016. De um modo geral, após as descidas nas quantidades disponíveis de bebidas alcoólicas para consumo em 2020 houve, com exceção dos vinhos, uma recuperação em 2021, com as vendas próximas dos valores de 2019, embora ainda um pouco aquém destes.

À exceção do vinho, cuja **taxa do IABA** se mantém a 0,00 €, nos últimos seis anos as variações das taxas do IABA foram idênticas nos vários segmentos de bebidas alcoólicas (+4% entre 2016 e 2021). Nos últimos três anos não houve atualizações destas taxas. Em Portugal Continental, as **receitas do IABA** nos quatro segmentos de bebidas alcoólicas foram de 208,4 milhões de euros em 2021, contribuindo as bebidas espirituosas e a cerveja respetivamente com 53% e 40% dessas receitas. O aumento do conjunto destas receitas em 2021 (+13%) resultou das subidas em todos os segmentos de bebidas alcoólicas. Este

aumento foi inferior à variação negativa ocorrida em 2020, mantendo-se as receitas de 2021 abaixo das de 2019. após o aumento contínuo no período 2013-19.

Importa investir numa efetiva política de preços, considerada pela OMS como tendo claros efeitos na redução dos problemas ligados ao consumo de álcool.

REPÚBLICA PORTUGUESA
SAÚDE

SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

SICAD
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SICAD
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
General-Directorate for Intervention on Addictive Behaviours and Dependencies
Tel: +351 211 119 000 | E-mail: sicad@sicad.min-saude.pt | Site: www.sicad.pt
sicad_portugal SICADPortugal SICAD Portugal